

# **DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DA POLITICA DE ASSISTENCIA ESTUDANTIL NO ÂMBITO DO INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO:**

*Estudo de caso nos Campi Buriticupu e Centro Histórico*

**Regiane da Silva AMARAL (1) Sara Diniz NASCIMENTO (2)**

(1) IFMA, Campus Centro Histórico, Rua Afonso Pena, 174, Centro, São Luís-MA, e-mail: regiane-amaral@ifma.edu.br

(2) IFMA, Campus Buriticupu, Av. Deputado Gastão Vieira, 1000, Centro, Buriticupu-MA, e-mail: saradn@ifma.edu.br

## **RESUMO**

Este trabalho apresenta um panorama da política de assistência estudantil desenvolvida no IFMA, Campus Centro Histórico e Campus Buriticupu. A pesquisa tem como objetivo analisá-la de forma a explicitar suas principais características, bem como os desafios que lhe são impostos. A pesquisa se classifica da seguinte forma: quanto aos fins é descritiva e explicativa e quanto aos meios, bibliográfica e estudo de caso. Os dados foram coletados a partir de pesquisa bibliográfica e documental e foram interpretados à luz do método crítico dialético. Os resultados obtidos revelaram uma grande e complexa demanda social no interior do IFMA, fato que demonstra a necessidade de uma política de assistência estudantil consolidada e que tenha como finalidade a integração acadêmica e exercício pleno da cidadania.

**Palavras-chave:** educação, assistência social, política, assistência estudantil.

## **1 INTRODUÇÃO**

O Brasil é um país de índices desproporcionais quando se fala da socialização das riquezas produzidas. Essa realidade impõe às instituições e aos cidadãos um amplo debate sobre a necessidade de se construir mecanismos adequados para promover o equilíbrio entre as possibilidades de desenvolvimento humano. No interior das instituições de ensino essa discussão é tão fundamental, quanto à preocupação com o currículo e as propostas pedagógicas, uma vez que, vários alunos advêm de famílias consideradas de baixa renda e, portanto, não conseguirão lograr êxito em seu percurso acadêmico e, conseqüentemente em sua carreira profissional, caso não lhe sejam oferecidas condições objetivas para tal.

Segundo dados do MEC, o número de alunos que evadem do sistema de ensino federal é substancial, e dentre as causas elencadas como razão dessa triste realidade encontram-se os fatores de ordem sócio-econômica, e é justamente no sentido de intervir nessa realidade que surge a política de assistência estudantil que por sua vez, deverá converter-se em um conjunto de ações que tenham em vista a integração acadêmica, científica e social do aluno, incentivando-o ao exercício pleno da cidadania e promovendo seu êxito acadêmico. Para tanto aproximar-se do cotidiano do estudante em situação de vulnerabilidade é essencial, pois é nele que os riscos de insucesso acadêmico se constituem e se manifestam de forma mais definitiva.

Reiterando o pensamento exposto anteriormente encontramos no Brasil uma série de Leis que sustentam nossas afirmações a exemplo do artigo 206 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LEI 9394-96) que diz: *O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.* Citamos ainda alguns artigos da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS LEI-8742-93) que afirmam o seguinte: *Art 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.* *Art. 2º A assistência social tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; e por fim trazemos ainda como base legal de nossas reflexões o PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (LEI 10172/01) 4.3 Objetivos e Metas(...) 3.4. Estimular a adoção, pelas*

*instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico.*

Os Institutos Federais, especialmente o Instituto Federal do Maranhão – IFMA em seus diversos Campi atualmente deparam-se com novas demandas sociais, oriundas principalmente com o advento de processos seletivos unificados a exemplo do ENEM, que proporcionam o ingresso de estudantes de mais variadas e longínquas regiões, trazendo com isso a necessidade de uma política de assistência estudantil sólida e eficiente.

Essas reflexões nos despertou uma série de inquietações e corroboraram na necessidade de questionar como se apresenta a política de Assistência Estudantil no âmbito do IFMA, especialmente nos campi Centro Histórico e Buriticupu<sup>1</sup>.

Considerando que a assistência estudantil é primordial para o sucesso da formação integral, pautada na responsabilidade ética e social o problema acima determina o objetivo do estudo aqui proposto que é diagnosticar a política de assistência estudantil existente nos Campi supracitados.

O interesse pela temática surgiu de inquietações individuais e experiências profissionais desenvolvidas pelas autoras do presente trabalho na área da assistência social. Tal experiência efetiva-se inclusive no âmbito do IFMA, onde as mesmas coordenam projetos de Assistência, oportunidade na qual se deparam com o alto grau de vulnerabilidade dos alunos desta instituição.

Considera-se a relevância deste estudo, em um contexto cujas demandas por assistência eclodem a todo momento, principalmente pela alta concentração de riqueza encontrada no país, especialmente em Estados pobres como o Maranhão. Ao propor a realização desta pesquisa, pretendeu-se levantar dados e informações que subsidiem a produção de conhecimento nessa área específica. Além do mais, seus resultados podem subsidiar o (re) direcionamento dos processos seletivos, dos planos pedagógicos e etc... A presente pesquisa pretende ainda, explicitar que as atividades atinentes às políticas de assistência estudantil deverão se orientar a partir de princípios e valores relacionados à ética nas relações humanas, institucionais e acadêmicas.

O estudo inicia-se com a realização da análise bibliográfica da situação abordada e culmina com o diagnóstico situacional da política de assistência do IFMA desenvolvida nos campi Buriticupu e Centro Histórico.

## **2 MARCO TEÓRICO**

O processo de democratização da sociedade brasileira tem como ápice a década de 80, época de efervescência dos movimentos sociais que lutavam por seus direitos e por uma maior participação da sociedade civil nas decisões políticas do país. Como fruto desse processo, o Brasil promulga a chamada Constituição Cidadã, a Constituição Federal de 1988, que assegura uma série de direitos sociais em seu Artigo 6: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a maternidade e a infância, a assistência aos desamparados.”

No campo educacional, o processo de transição democrática, foi provavelmente responsável pela regulamentação do Artigo 205 da C.F de 1988 que preconiza o seguinte: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será provida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 05 jan. 2004).

O artigo acima representa a conquista de um direito social para a sociedade civil, inclusive para aqueles cidadãos que não tinham até então o acesso ao ensino público, ou seja, o direito e a liberdade de ensino com qualidade como meio de crescimento pessoal e de cidadania, onde o Estado tem a plena responsabilidade de garantir a educação para todos.

Logo em seguida o artigo 206, I prevê a igualdade de acesso ao ensino bem como a permanência na escola, o que também é recomendado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB- Lei nº 939/96).

---

<sup>1</sup> A escolha desses dois Campi se deu pelo fato das autoras estarem lotadas neles e por entenderem que analisar a realidade de um interior e da capital de um Estado traria elementos mais substanciais para o resultado da pesquisa

Entretanto, observa-se que no Brasil ainda não existe igualdade de acesso e permanência no ensino a toda população interessada, uma vez que o sistema educacional atende às demandas do capital, por ser um meio da classe dominante passar sua ideologia.

O sistema educacional é elitizado, falho e excludente, todavia a educação não deixa de ter “por finalidade a formação de sujeitos capazes de pensarem por si mesmos a partir do domínio dos bens culturais produzidos socialmente” (BACKX, 2006: 122).

Morgado e Motta (2006) sobre as alternativas educacionais questionam:

Qual é o projeto da educação brasileira para a educação das gerações mais novas? Permissivas na aparência, despóticas na raiz, o que suas instituições têm feito quando as pretensas intervenções educativas falham? Nos anos 1950, apelou-se para a moral e os bons costumes piedosos. Depois, apelou-se para o psicólogo. Isso, na classe média. Das camadas empobrecidas e miseráveis sempre se soube o destino social: não houve projeto civilizatório que as incluísse (p.22).

A autora Otaíza Romanelli (2002) afirma que a escola surge como instrumento para a manutenção dos desníveis sociais. Salienta que a função desta foi a de manter privilégios, pois a própria instituição se apresenta como privilégio da classe dominante a partir do momento que se utiliza de mecanismos seletivos e de conteúdo cultural que não propicia às camadas sociais, ao menos, uma preparação eficaz para o trabalho. Portanto, educação para exploradores e explorados acontece de forma diferenciada, propiciando a manutenção de tal divisão.

À luz dessas reflexões emerge a necessidade da democratização do Ensino em nosso país, especialmente quando se fala em ensino técnico profissionalizante. Essa democratização deve ser voltada não apenas a ações de acesso a rede de ensino, como também com a implantação de mecanismos que propiciem a permanência, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida estudantil com sucesso.

Portanto realizar ações que garantam a permanência dos estudantes torna-se extremamente necessário. Ações essas relacionadas com alimentação, moradia, saúde, trabalho, transporte, cultura. Torna-se imperativo sensibilizar as autoridades, os legisladores e a comunidade escolar para a importância da Assistência como parte de um projeto que tem como função fundamental, formar cidadãos qualificados e competentes. Nesse sentido a assistência estudantil é compreendida como um investimento salutar no interior do sistema educacional de um país.

Entende-se que os programas e projetos de assistência estudantil devam ser desenvolvidos como instrumentos de acesso, permanência e conclusão de curso dos estudantes nas instituições públicas, tendo como pressuposto que a Assistência Estudantil é uma política essencial no contexto do ensino, da pesquisa e da extensão.

### **3 METODOLOGIA**

De acordo com a taxionomia de Vergara (2003), a pesquisa se classifica da seguinte forma: quanto aos fins é descritiva e explicativa. Descritiva porque visa descrever como se dá política de assistência estudantil do IFMA. Explicativa porque se propõe a estabelecer uma relação de causa-efeito para a adoção dessa política no interior da instituição. Quanto aos meios é bibliográfica e estudo de caso. Bibliográfica em face da necessidade de recorrer a uma vasta literatura para elaboração do marco teórico do trabalho, confrontando com a realidade encontrada no caso aqui estudado. Estudo de caso por se relacionar especificamente aos Campi Centro Histórico e Buriticupu.

Dessa forma, os métodos privilegiados nessa pesquisa foram pesquisa e análise bibliográfica e documental, interpretação de dados a partir de uma abordagem crítica e dialética, a fim de apreender a dinâmica como a assistência estudantil se apresenta nos campi pesquisados.

#### **4 RETRATOS DA ASSISTENCIA: Primeiras observações**

Considerando que o estudo de caso foi desenvolvido no IFMA- Campus Centro Histórico e no Campus Buriticupu, julgou-se interessante caracterizar estas unidades de ensino antes de serem apresentados os resultados obtidos na pesquisa.

Iniciado em 2006, o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica compreende a implantação de novas Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas e Unidades de Ensino Descentralizadas, com prioridade para estados e municípios que não contavam com nenhuma unidade, geralmente regiões interioranas e periferias dos grandes centros urbanos. Nessa proposta educacional, os cursos oferecidos por estas escolas devem estar sintonizados com as demandas locais e regionais, assim como atender aos arranjos produtivos locais. Outra recomendação refere-se ao total de vagas oferecidas por estas escolas, devendo ser destinada uma porcentagem a ser ofertada na modalidade PROEJA.

O Maranhão foi um dos estados beneficiados com um dos maiores números de unidades de ensino descentralizadas do antigo Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, a serem implantadas. Os municípios de Buriticupu e Zé Doca foram os primeiros a receber uma unidade de ensino. Tal fato deve-se entre outros fatores por apresentarem indicadores sociais que apontam para uma fragilidade no campo educacional.

Já o Campus Centro Histórico, integra o ousado plano de expansão da rede federal de educação profissional, localizando-se em uma importante região geográfica da cidade de São Luís, o chamado Centro Histórico, e pressupõe uma preocupação com a cultura e com o desenvolvimento regional ao tempo em que se configura como um espaço de esperança, convivência calorosa e encontro da tradição com o novo, instaurando, portanto, um ambiente voltado para o exercício da cidadania plena.

Importante comentar que no dia 29 de dezembro de 2008, o Presidente da República sancionou a lei que criou a partir da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O Maranhão contará com 18 campi. A sede do CEFET-MA em São Luís, atualmente IFMA - Campus Monte Castelo e suas Unidades Descentralizadas agora conhecidas como Campus.

Sem dúvida os Campi aqui pesquisados compreendem, sobretudo, os anseios de sociedades esquecidas. Estes campi, configuram-se como lócus que devem oferecer aos jovens e adultos a possibilidade de redesenhar seu futuro profissional, além de verem aumentadas suas chances de não necessitar migrar para outras regiões, podendo fixar-se e contribuir para o desenvolvimento do seu município.

##### **4.1 Resultados e discussões**

O conteúdo teórico até então apresentado, serviu para alicerçar a construção deste incipiente item, no qual se pretende descrever e analisar os dados colhidos na pesquisa que subsidia este trabalho, apresentando a política de assistência estudantil desenvolvida no IFMA nos Campus Centro Histórico e Buriticupu.

No que tange à pesquisa de campo, foram analisados documentos e projetos do Serviço Social desse campus, além das fichas de inscrição e os documentos anexados nos projetos de Assistência Estudantil desenvolvidos até o presente momento. Como referencial teórico e metodológico, elegeu-se a perspectiva crítico-dialética, por considerá-la capaz de permitir apreender a realidade estudada enquanto totalidade histórica, dinâmica, plena de contradições e em constante mudança. Esta perspectiva possibilitou ainda, ter-se clareza de que a apropriação de qualquer dimensão do real faz-se por aproximações sucessivas, sempre parciais e provisórias. Fato que assevera não haver conclusões definitivas neste relato.

A primeira constatação oriunda da pesquisa é de que a política de assistência estudantil do IFMA apresenta avanços significativos, embora insuficientes para atender a complexa demanda social do nosso Estado. E é desenvolvida de forma bastante semelhante em seus campi, tendo como ações principais, o Projeto de Isenção do Pagamento de Taxas de Inscrição e os projetos de transferência de renda, a exemplo do Projeto Bolsa de Assistência ao Aluno e o acompanhamento do projeto Bolsa Auxílio PROEJA. Logo abaixo segue algumas características desses projetos:

O projeto de Isenção de Taxa de Inscrição é voltado para a comunidade e oferece todo ano 200% de vagas do total das ofertadas para os cursos da educação profissional e visa atender alunos de escolas públicas e estudantes bolsistas de escolas particulares, oriundos de famílias cujo consumo mensal de energia não

ultrapasse os 130 kw\H. O principal objetivo da isenção de taxa é democratizar o acesso aos cursos oferecidos pelo IFMA e constitui-se como estratégia de inclusão de grande número de estudantes de famílias de baixa renda, o que aproxima o Instituto da comunidade, pois estudar em algum dos Campi do IFMA, faz parte do imaginário de boa parte dos estudantes maranhenses e esse desejo pode, sem dúvida, ser vetado pelas taxas de inscrição, considerando a alta concentração de riqueza existente em nosso Estado.

Com relação ao Projeto Bolsa de Assistência ao Aluno pode-se afirmar que teve início no ano de 2006, no âmbito do antigo CEFET. Tem como objetivo principal a formação cidadã dos alunos, oportunizando uma experiência profissional remunerada. Compreende uma dimensão social e outra educativa, pois em troca da bolsa, cujo valor varia de acordo com as disponibilidades orçamentárias anuais da instituição, o aluno tem que prestar quatro horas de serviços diários nos setores administrativos dos campi. O número de alunos bolsistas difere em cada campus, o Centro Histórico ofereceu 19 vagas para o ano de 2010, já no Campus Buriticupu foram oferecidas 16 vagas. Essa distribuição deve-se em grande parte ao volume de atividades educativas de cada campus, pois dos R\$ 50.000 reais destinados para a assistência estudantil no corrente ano para cada uma dessas unidades de ensino, tem-se que prever não apenas o orçamento da folha de pagamento dos bolsistas, mas também a ajuda de custo para alunos que participam de diversas atividades educativas como eventos científicos, esportivos e etc.

Ao idealizar esse projeto, as Assistentes Sociais do Instituto, levaram em consideração o pensamento de Sposati (2004, p.42), que compreende a população beneficiária das políticas de assistência social, como segmentos em situação de risco social e vulnerabilidade. Para esta autora, destinar ações típicas da assistência social apenas a camadas marginais ou carentes, acaba por vitimá-las. Compreende-se, portanto que suas necessidades advêm da estrutura social e não do caráter pessoal tendo, conseqüentemente, como público alvo os segmentos em situação de risco social e vulnerabilidade, não sendo destinada somente à população pobre.

Outra modalidade de assistência existente refere-se à bolsa auxílio aos alunos regularmente matriculados no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA . As verbas desse programa advêm da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), Esse programa tem como objetivo combater a evasão escolar e melhorar o rendimento escolar. Cada campus formula uma estratégia de acompanhamento e avaliação do desempenho e frequência escolar. Esta atividade é coordenada pelas assistentes sociais dos dois campi aqui estudados. Vale ressaltar que esses profissionais contam com o suporte e apoio dos setores pedagógicos de cada instituição.

O PROEJA é instituído como programa educacional brasileiro pelo Decreto nº5.840, de 13 de julho de 2006(MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2006). Vale ressaltar que esse Decreto deriva de uma ampliação do Decreto 5.478 de 24 de junho de 2005, que criou o Programa, mas, no entanto, limitava sua extensão ao âmbito das instituições federais de educação tecnológica e ao nível médio. (Amaral,2009).

O Decreto nº 5.840/96 instituiu, no âmbito federal, o PROEJA, como modalidade de ensino, a qual se configura como estratégia do Estado em assegurar o direito de todos à educação, independente da idade, compromisso este firmado pela Constituição de 1988, bem como reduzir as desigualdades entre os que a tiveram e aqueles aos quais o acesso foi interdito na época considerada regular.

Ainda como fruto da pesquisa constata-se que a assistência estudantil desenvolvida no IFMA é operacionalizada pelos profissionais do serviço social, que por sua vez deparam-se cotidianamente com um grande número de alunos em situação de vulnerabilidade, o que demanda intervenção em termos de moradia, alimentação, transporte e material didático-científico, o que infelizmente ainda não é executado nos campi aqui analisados.

A grande demanda social existente no IFMA, sobrecarrega os profissionais do serviço social, que por sua vez apresentam-se em números reduzidos no interior da instituição apenas uma assistente social em cada campus (exceto o Campus Monte Castelo que possui duas assistentes sociais em seu quadro de servidores), o que sem dúvida compromete a qualidade do trabalho a ser oferecido, uma vez que o assistente social insere-se no contexto escolar com uma série de atribuições, devendo situar-se numa perspectiva crítica, e se fazer participante da transformação social (LOPES, 2010). Esta constatação reforça a necessidade constante de capacitação dos profissionais que atuam diretamente com a política de assistência estudantil e o aumento no quadro de profissionais do Serviço Social em cada campus.

Nesta pesquisa, verifica-se que a atuação do Assistente Social no interior do IFMA, especificamente nos campi pesquisados, está presente nas mais variadas expressões cotidianas, tanto nas relações externas, como família, sociedade e entre outros, quanto nas relações internas que são os diferentes conjuntos como, diretores, os docentes e alunos, entre outros que compõem o campo educacional.

Compreende-se que a prática profissional do Assistente Social não está firmada sobre uma única necessidade, sua especificidade está no fato de atuar sobre várias necessidades. Assim, para que esta prática contribua no processo educacional, é preciso que seja crítica e participativa e esteja relacionada com as dimensões estruturais e conjunturais da realidade, ou seja, baseada no conhecimento da realidade em sua totalidade.

## 5 CONCLUSÃO

Através dessa pesquisa contata-se que são muitos os desafios para a consolidação de uma política de assistência estudantil no interior do IFMA. Considerando nossa instituição como um bem público, observamos que ela precisa incorporar, em sua razão existencial e no substrato de suas ações, um conjunto de atividades que promovam e qualifiquem o protagonismo do homem e da mulher maranhense e com isso avançar para a construção de uma sociedade mais justa;

A política de assistência estudantil do IFMA deverá ter compromisso com o desenvolvimento humano e como mecanismo de inclusão social deverá avançar e trazer em sua agenda ações voltadas para as mais variadas situações encontradas no ambiente escolar como, por exemplo: alunos com deficiência, aluno negro, índio e etc...

Finalmente, observa-se, durante a realização dessa pesquisa, que os Campus pesquisados preocupam-se com as demandas sociais que lhes são apresentadas e traz para o centro de suas discussões a operacionalização de uma ação qualificada que promova reais condições de permanência de seus alunos. Este processo é complexo e, para tanto deve envolver a participação de muitos atores, bem como planejamento, definição de estratégias, avaliação constante dos resultados, tomada de decisões, vontade da instituição, apoio político e financeiro. Por isso, uma política de assistência estudantil consolidada vista como um fenômeno multifacetado e necessita de planejamento estratégico e acompanhamento.

Dessa forma, salienta-se que a perspectiva teórico-metodológica, norteadora do presente trabalho, informou constantemente que as conclusões de qualquer estudo são sempre provisórias, sujeitas a modificações. Esclareça-se, então, que esta pesquisa não esgotou de forma definitiva a temática estudada. Certamente, muitas questões merecem ser mais lapidadas e é nisto que reside um estímulo para se continuar desenvolvendo novos estudos e maiores aprofundamentos sobre o tema ora abordado.

## REFERÊNCIAS

BACKX, S. O Serviço Social na Educação. In: REZENDE, I.; CAVALCANTI, L. F. (org) **Serviço Social e Políticas Sociais**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2006

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 9ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 05 jan. 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional**. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. **Lei 10172** de 09 de janeiro 2001. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10172.htm). Acesso em 28 de dezembro de 2001.

\_\_\_\_\_. **LOAS** (1993). *Lei Orgânica da Assistência Social*. Brasília, MPAS, Secretaria de Estado de Assistência Social, 1999.

LOPES, E.M.S. **Serviço Social e educação: As perspectivas de avanços do profissional de Serviço Social no sistema escolar público**. Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br>. Acesso em: 11 abr 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.** Documento Base. Brasília, 2006. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/setec>.> Acesso em: 05. ago. 2006.

MORGADO, M. A., MOTTA, M. F. V. (org.) **Juventude de Classe Média e Educação – cenários, cenas e sinais.** Brasília: Líber Livros, 2006.

ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil** . 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SPOSATI, A.O. **A menina LOAS:** um processo de construção da assistência social. São Paulo: Cortez, 2004.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2003.